



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

### ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;  
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

No primeiro dia do mês de julho do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Vigésima Primeira Sessão Ordinária do Primeiro Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 22 de julho último. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Benedito José do Couto (1), Professor Cinoê Duzo (2), Daniel Gasparini dos Santos (3), Daniela Dalben Mota (4), Dayane Amaro Costa (5), João Antônio Pires Gonçalves (6), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (7), Laércio Rocha Pires (8), Leonardo David Zaniboni (9), Luís Roberto Tavares (10), Professor Luiz Antônio Guarnieri (11), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Senhor Presidente submeteu à apreciação do



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

plenário a ata da Vigésima Sessão Ordinária, realizada em 24 de junho último, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 76, de 2013, do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado da Mensagem nº 47 e Ofício nº 47, ambos datados de 24.6.2013, “autorizando o Saae a receber da empresa Bordignon Empreendimentos Imobiliários Ltda. valores a título de ressarcimento, e dá outras providências”. (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2013, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni “concedendo o título de Cidadão Mogimiriano ao senhor André Luís Ferrari de Moura Girardi; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 3. Projeto de Lei nº 74, de 2013, do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre o programa de distribuição gratuita e domiciliar de medicamentos de uso contínuo e materiais necessários à sua aplicação para idosos acima de 60 anos”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social). 4. Projeto de Lei nº 75, de 2013, do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre o funcionamento de semáforos no período compreendido entre as 22h30 e 5 horas”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas”. 5. Projeto de Lei nº 77, de 2013, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “dispondo sobre o tombamento do Mural comemorativo ao Jubileu de ouro do serviço de Segurança Pública Municipal”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 6. Projeto de Lei nº 78, de 2013, da Vereadora Daniela Dalben Mota, “instituído a semana do autista no calendário oficial do Município”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2013, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, “concedendo o título de Cidadã Mogimiriana à senhora Jussara Soares Vieira”; (à Comissão de Justiça e Redação). 8. Projeto de Lei nº 79, de 2013, do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado da Mensagem nº 49 e Ofício nº 49, ambos datados de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

27.6.2013, “autorizando o Município a celebrar convênio com o Sebrae – Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo e com a Acimm – Associação Comercial e Industrial do Município, visando à implantação da sala do empreendedor e “Poupatempo do Empreendedor”. (ao exame das Comissões de Justiça e Redação, de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores o seguinte **REQUERIMENTO**, hoje endereçado à Mesa (aprovado pela Casa): nº 446, do Vereador Professor Cinoê Duzo solicitando “o envio de minuta de projeto de lei relativo ao sistema cicloviário de Mogi Mirim”; nº 448, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, solicitando “número de funcionários afastados de suas atividades”; nº 449, 450, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, enviando “minuta de projeto de lei relativo à gratificação para os policiais civis e militares que desempenharem funções correlatas ao Município”; se a praça entre a Avenida Brasília, Dona Sara Leme da Costa e Arthur Cândido de Almeida já possui nomenclatura”; nºs 452, 453, 463, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando “laudo técnico relativo à erosão no solo na Rua José Resende da Mota, Parque das Laranjeiras; situação cadastral do complexo esportivo Lavapés; e informações a respeito da falta de medicamentos como Omeprazol, Dipirona e Paracetamol nos Postos de Saúde;”; nº 454, 455, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, “reiterando Requerimento nº 377, sobre procedimentos da ODS – Consultoria, Assessoria e Gestão Empresarial para que informe os procedimentos adotados junto à Saúde; audiência pública para o dia 22 de julho, às 19 horas, para discutir o fechamento da rua XV de novembro”; nº 456, 457, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, solicitando “a criação de comissão especial para acompanhando do processo de licitação da merenda escolar junto ao Executivo; listagem de servidores beneficiados com os cursos pagos pelo Executivo em 2011; nºs 459 e 460, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando” instalação de telefonia, TV a cabo e Internet pela Net; que a Elektro - Eletricidade e Serviços S.A. implante iluminação pública na Rua Benedito Penaforte



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Gonçalves, Jardim Maria Beatriz”; nº 461, da Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando” o envio de minuta De projeto de lei dispondo sobre a instalação de carteiras inclusivas nas escolas Municipais”; OBSERVAÇÃO: o Requerimento nº 462, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando “informações do Executivo sobre o programa do Restaurante Bom Prato no Município” foi pedido para discutir pelo Vereador Laércio Rocha Pires. Em seguida, foram aprovadas as seguintes **MOÇÕES**: nº 87, do Vereador Laércio Rocha Pires, “de congratulações e aplausos com os senhores Odinovaldo S. A. Bueno e Luiz Henrique Mattos pela cessão de espaço para Oe vento Motocross no “Casarão Eventos”; nº 90 e 91, do Vereador Professor Cinoê Duzo, “de pesar pelo falecimento do senhor GERALDO SILVA; idem pelo falecimento do senhor VITALINO TAGLIAFERRO”. Ato contínuo, foram dadas como lidas e encaminhadas ao Prefeito Municipal as seguintes **INDICAÇÕES**: nºs 530 e 531, da Vereadora Daniela Dalben Mota, indicando “a contratação de seguradora para cobrir riscos com os bens patrimoniais; implantação de ponto para aguardar o transporte para atendimento de saúde em outros Municípios”; nº 538, 563 e 568, do Vereador Professor Cinoê Duzo, indicando” colocação de placa indicativa de “Proibido jogar lixo e entulho” junto à Emeb “Professor Nelson Neves de Souza; realização de feira de produtores de verduras, frutas, legumes e hortaliças no Distrito de Martim Francisco; implantação de tarifa zero para as passagens de ônibus urbanos da cidade”; nºs 539 a 543, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, indicando, respectivamente, “afixação de placa “Proibida a passagem de caminhões” na Rua Maria Amélia, Vila são José; operação tapa-buracos na Rua José Scomparim, Jardim paulista; correção do nível da sarjeta na rua Francisco Neves, 407, Santa Luzia; limpeza na estrada do bairrinho, sentido Lagoa Dourada e passagem das máquinas para correção de irregularidades; instalação de ponto de luz na rua Antônio Ferreti Meleiro, nº 533, Parque das Laranjeiras”; nºs 544 a 549, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “operação tapa-buracos na rua Professor Ferreira Lima, Inocoop; idem na rua Olívio Bordignon,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Inocoop; idem na rua João Bernardi, Aterrado; idem na rua Professor José Leme do Prado, Aterrado; sinalização de solo na rua Madre Amanda de Castro Junqueira, Mirante; serviços de limpeza, capinação e revitalização da praça Harmonia e Justiça, Jardim Flamboyant”; nºs 550, 564 e 565, do Vereador Laércio Rocha Pires, indicando “implantação de eventos esportivos nas modalidades radicais; implantação de dispositivos de captação e direcionamento de águas pluviais e operação recapeamento na rua João Alves, Jardim Scomparim; serviço de limpeza e revitalização no Córrego Maria Beatriz”; nº 551 a 560, do Vereador Luís Roberto Tavares, indicando” operação tapa-buracos na esquina das ruas Francisco Dias Reis com Antonio Teruel, Mirante; idem na rua Honório Vital do Prado, Jardim do lago; manutenção de guias e sarjetas na rua Ticuna, Mogi Mirim II; limpeza de bueiro na rua Gilberto das neves, Residencial Flores do Campo; limpeza na área verde no bairro Mogi Mirim II; construção de rampas de acesso nos Postos de Saúde e UBSs; manutenção de calçadas e asfaltamento da rua São Salvador, Vila Dias; limpeza na calçada atrás do Campo da Vila Dias, rua Aruak, Mogi Mirim II; fiscalização junto à Elektro - Eletricidade e Serviços S.A. sobre o desperdício de energia em luzes acessas durante o dia; erosão de solo na rua José Resende da Mota, Parque das Laranjeiras; nº 561 e 566, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, indicando “implantação de unidade do Cras no Jardim Planalto ou Residencial Floresta; manutenção e reforma na sede do Conselho Tutelar”; nº 562, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, indicando” operação tapa-buracos na rua José Poletini, nº 1380, Jardim do Lago”; nº 567, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, indicando” a construção de velório Municipal no Distrito de Martim Francisco, que abrange a Chácara São Francisco, Chácara Sol Nascente, Usina Esmeralda, Jardim Floresta e toda a zona rural adjacente”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs 587 a 599, datados de 17 a 21 de junho de 2013, subscritos pelo Prefeito Municipal, “respondendo às proposituras desta Edilidade: Requerimentos: nºs 349, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti;



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nº 225, 394, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; nº 242, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº 305, 315, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 335, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nº 360, 376, do Vereador Laércio Rocha Pires; Indicações: nºs 180, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; nº 308, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; nº 328, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº 350, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni”; (ao conhecimento dos Vereadores interessados). Ofício nº 292, datado de 10.6.13, da Telefonica Vivo, “respondendo ao requerimento nº 362, do Vereador Luís Roberto Tavares”; (arquive-se, após dar ciência ao nobre Vereador). Ofício nº 812, de 17.6.13, da Caixa Econômica Federal, “dispondo sobre a liberação de crédito de R\$ 20.606,52, para a ampliação do SES de Mogi Mirim”; (arquive-se). Comunicados do Ministério de Educação, de 7 e 21.6.13, “informando sobre a liberação de recursos dos Programas Ensino Fundamental, Creche, Ensino Médio, Eja, AEE, Pré-escola, Quota e Pnate”; (arquive-se). Telegrama datado de 26.6.13, do Governador Geraldo Alckmin “informando sobre o aumento de R\$ 3.390.947,01 na QPM da arrecadação de ICMS, em virtude do Programa Especial de Parcelamento”; (arquive-se). Telegrama datado de 28.6.13, do Ministério da Saúde “informando sobre a liberação de recursos do programa de vigilância e Promoção da Saúde”; (arquive-se). Esgotados os documentos e como não houvesse terminado o prazo reservado ao “Expediente”, o Senhor Presidente facultou o uso da tribuna aos oradores regularmente inscritos. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros foi à tribuna para anunciar as duas participações na Tribuna Livre da noite de hoje e solicitou ao Presidente que consultasse os nobres pares para realizá-las após o “Expediente”; (posto a votos, a Casa aprovou por unanimidade o pedido da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros; antecipem-se as participações da “Tribuna Livre” para antes da “Ordem do Dia”). Em seguida, o Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna para se referir às suas proposituras protocoladas, lidas e aprovadas nos trabalhos da presente sessão, e citou, especialmente, o projeto “Bom Prato”,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

com valores acessíveis, envolvendo o almoço e o café da manhã e gostaria de vê-lo implantado na cidade. Em seguida, citou sobre sua indicação relativa à construção de Velório Municipal no Distrito de Martim Francisco, que abrange a Chácara São Francisco, Chácara Sol Nascente, Usina Esmeralda, Jardim Floresta e toda a zona rural adjacente, projeto pelo qual iria lutar, porque ia ao encontro da comunidade daquele local. Por fim, falou a respeito de sua discussão com os manifestantes, na segunda-feira passada, deixou claro que repudiava todo e qualquer tipo de falta de respeito com as pessoas. Na ocasião, estava ocorrendo a homenagem à comunidade japonesa e houve falta de educação com o evento previamente agendado. Voltou a afirmar que as pessoas tinham que ter mais respeito, reivindicando, sim, mas com respeito ao próximo. Disse ser morador do Distrito de Martim Francisco, e, na qualidade de Vereador, tomou para si a responsabilidade sobre todos os munícipes, e não apenas de seus eleitores de Martim Francisco. No entanto, o morador de certa região conhecia a fundo os problemas daquela área e ficava mais fácil para o Vereador que morava nas adjacências para abordá-lo com propriedade. No tocante à Feira do Brás, ocorrida no último fim de semana no Distrito de Martim Francisco, disse que ouviu críticas não construtivas de comerciantes da cidade, mas ele, Vereador Waldemar Marcurio Filho foi a favor da feira, e preferia desagradar 100 pessoas e agradar mais de 65 mil pessoas. Posto isto, encerrou a sua participação. O Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni desistiu de falar. Na sequência, assumiu a tribuna o Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, que falou sobre o estacionamento para pessoas com deficiência para a Câmara, o que favoreceu muitos, incluindo a Vereadora Dayane Amaro Costa. Em seguida, pediu ao Presidente que resolvesse o problema do elevador da Câmara, e pediu providências imediatas para o conserto do aparelho. Na sequência, disse que pediu a capinação no mato dos espaços públicos, porque, com as chuvas, o mato crescia rapidamente. O Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri saudou os presentes e disse ter ficado incumbido do projeto de lei nº 69, que revoga a lei referente ao terreno da Limaj. Disse que visitou Ademir Vieira, da Elevadores Thor e também o Senhor Jamil, da



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Limaj. A lei nº 1.639, de 29.12.86, doou terreno para a Limaj, de 23.406 m<sup>2</sup>, construção de 7.7000 m<sup>2</sup> e já possui escritura. À frente da Avenida Rainha. O terreno teve corte e desnível, e foi doada outra gleba 1.678, de 9.10.87, um ano depois, 5.514 m<sup>2</sup>, até agora sem área construída, mas também com a respectiva escritura. O detalhe da segunda doação é que seria área complementar à primeira. O proprietário cumpriu ambas as leis e foi-lhe concedida a escritura legal dos dois terrenos. Ele solicitou permuta da área por outra, de 3.547 m<sup>2</sup>, ao lado da primeira, porque facilitaria o acesso de mercadorias e ele estaria devolvendo a primeira área. Resumindo o assunto, o Prefeito, em, 3.1.2006, enviou projeto para o Município receber de volta tal área e encaminhá-la para A. Vieira, o que gerou uma disputa judicial entre ambas as empresas e a Câmara iria resolver o assunto na noite de hoje. O Auditor Paulo Menna Barreto assinou tal permuta em 1992, e trocou uma ideia com os Vereadores para que se evitassem maiores problemas. Em seguida, discursou a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, que saudou os presentes e citou sobre a importância de fomentar a industrialização na cidade, para melhorar toda a situação da população, inclusive a dos comerciantes. Como exemplo, citou Jaguariúna e Mogi Mirim estava sendo deixada para trás, e o Chefe do Executivo precisava angariar empresas que quisessem expandir e trazê-las para Mogi Mirim. Disse se preocupar, porque escutou de funcionários da Eaton que muitos deles perderam promoções e o boato era de demissão, em breve, o que a preocupava. No tocante à troca de hidrômetros, disse se preocupar com o aumento de custo no valor da água, e ela lidava com a população carente e bem sabia das dificuldades para pagar a conta de água, mesmo porque não tinha nem ideia de como havia sido calculado o aumento da tarifa. A justiça suspendeu o custo da troca de hidrômetros e - pelo menos isso! - estava sendo contido tal gasto, pois conhecia famílias que estavam com muitas dificuldades em pagar a conta de água, pela troca do hidrômetro. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores e discursou sobre o evento do próximo dia 3 de julho, às 20 horas, na Estação Educação, quando haverá a segunda edição do Encontro Cultural relativo à palestra “A Influência dos Imigrantes Italianos em Mogi Mirim”. A primeira edição foi dia 11 de junho, para os alunos da Escola “Valério Strang”, e o sucesso foi tão grande que a população pediu uma segunda edição, desta vez durante a noite, para que os membros da comunidade italiana, conhecidos como *oriundi*, pudessem assistir. Os palestrantes são a Professora Carmen Lucia Bridi, formada em História pela Puccamp, autora de livros e artigos, e estudiosa no assunto, e o Professor Sebastião Zoli Júnior, locutor da rádio Transamérica FM, Correspondente Consular da Itália em Mogi Mirim desde 1999 e organizador da Festa Della Mamma. O Encontro Cultural está sendo promovido pelo Conselho Gestor da Biblioteca Pública Municipal, e os Vereadores estavam convidados. Em seguida, disse ao Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi que estavam analisando a melhor maneira, e parecia que teria que comprar um novo, porque não havia mais jeito de consertá-lo. Disse ter estado com os Vereadores Daniel Gasparini dos Santos e Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino conversando com o Deputado Chico Sardelli, para quem encaminhou pedidos, independente de sigla partidária, mas visando ao bem estar da comunidade, e aguardava o atendimento de todas as reivindicações que foram feitas. O Vereador Luís Roberto Tavares saudou os presentes e citou sobre suas indicações relativas à operação tapa-buracos em todos os cantos da cidade. Assim, fotografou vários pontos críticos e documentou nas Indicações de hoje, as quais foram aprovadas para encaminhar ao Prefeito. Disse ter feito outro pedido para que a Elektro - Eletricidade e Serviços S.A. corrigisse as lâmpadas acesas durante o dia e apagadas durante a noite. Prosseguindo, disse que a comissão de regularização de loteamentos estava cuidando de área verde, e solicitou que não se passasse o caminhão ou máquina pesada no local. Em seguida, foi ao posto de saúde para se vacinar contra o H1N1, pode apurar a falta de remédios nas UBSs e isso não poderia ocorrer. Dito isso,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

encerrou a sua participação na tribuna. A Vereadora Dayane Amaro Costa, próxima oradora regularmente inscrita, foi à tribuna para saudar os presentes e agradecer ao Presidente e à Diretora da Câmara, pela sinalização de solo para estacionamento de deficientes no espaço da Câmara, porque realmente era necessário. Em seguida, referiu-se aos membros da passeata, dizendo-lhes que também apoiava a causa, porque as planilhas de custos da passagem de ônibus tinham que ser abertas ao público, e a transparência dos dados era um direito da população. Com relação às rampas de acesso da cidade, continuava a averiguar todas elas, verificando a estrutura e a correção, para ver se não havia acúmulo de água parada e outros problemas. Disse ainda ter visto a manifestação sobre a inclusão de libras e ela mesma já havia pleiteado o serviço na Câmara e o contrato já havia sido fechado com o profissional, e logo mais poderia dar maiores informações. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros saudou os presentes e estava redigindo o pedido para que o Prefeito agraciasse com R\$ 1,00 para os estudantes, por decreto, e, pelo mesmo ato jurídico, quiçá o Prefeito poderia isentar do ISSQN o transporte coletivo à concessionária Viação Santa Cruz S.A., o que refletiria em economia no preço da tarifa para todos. Em seguida, disse que foi aprovada audiência pública para o dia 22 de julho para tratar do assunto dos comerciantes da rua XV de Novembro, envolvendo todos os interessados, de modo que buscava se evitar que uma decisão errônea fosse tomada. Esperava, portanto, a presença de todos para a audiência pública de 22 de julho. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio desistiu de falar. Ato contínuo, assumiu a tribuna o Vereador Professor Cinoê Duzo, que saudou os presentes e disse esperar o retorno do preço de R\$ 2,65 para a tarifa de ônibus para os usuários da cidade, iria pleitear tarifa zero para todos e melhoras no serviço da concessionária. Lembrou que aquilo que foi dito, ou seja, - 84 pessoas como o limite de segurança para um ônibus, como haviam assegurado os proprietários da concessionária - não era verdade, e, ainda mais, frisou o descaso com que era tratado o usuário na rua Conde de Parnaíba. Disse ser contra a construção de um miniterminal no Jardim Velho e a favor de um terminal decente de ônibus no



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Espaço Cidadão. Frisou que desconhecia o acordo com certo empresário, mas arguiu o porquê de o empresário não doar aquela área para o Educandário, o que manteria as crianças no centro e evitaria a transferência delas para o Jardim Patrícia. Assim, o empresário demonstraria que tinha realmente boas intenções, porque o local não conseguiria abrigar quatro ônibus naquela área, e ainda mais um hotel de classe para o segundo andar, como previa o engenheiro. Além do mais, o Vereador Professor Cinoê Duzo disse que existia outra igreja antiga defronte a área, na rua Chico Venâncio, e não apreciaria ter outro problema de abalo nas estruturas em edificação histórica, devido à movimentação de veículos pesados naquele trecho. Posto isto, encerrou a sua participação na tribuna. Não havendo oradores inscritos e interessados em discursar, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 19h45, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Em cumprimento ao dispositivo do art. 37 da LOM, combinado com o art. 226 da Resolução nº 276, de 9.11.10, o Senhor Presidente deu ciência aos Senhores Vereadores que havia inscrição para uso da “**TRIBUNA LIVRE**” nesta noite, com a apresentação da Senhora ÂNGELA BEZERRA SUASSUNA, representante dos deficientes auditivos, para falar sobre a implantação do curso de Libras nos setores da Saúde e de Educação. Em seguida, a tribuna foi ocupada pela Senhora LÚCIA TRENTIN, representando os comerciantes, para falar sobre o fechamento da rua XV de Novembro, no centro; os respectivos discursos ficaram gravados em fita própria, à disposição dos interessados, por 30 dias. Decorrido o interstício regimental de cinco minutos a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 68, de 2013, de autoria do Poder Executivo “dispondo sobre reajuste da multa aplicada em caso de infrações às disposições da Lei Municipal nº 4.142/06, que



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

dispõe sobre concessão, renovação e atualização de licença para o exercício da atividade de serviços de investigações particulares, detetives e congêneres”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 68, de 2013, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). 2. Projeto de Lei nº 69, de 2013, de autoria do Poder Executivo “dispondo sobre a revogação da Lei Municipal nº 4.139 de 2006, que revogou a Lei Municipal nº 2.353/92 que doou área de terreno de propriedade do Município à empresa LIMAJ - Indústria e Comércio de Móveis Ltda. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. O Vereador João Antonio Pires Gonçalves disse que pediu adiamento por algum tempo porque necessitava esclarecer alguns pontos, e agradeceu a presença do Senhor Ademir Vieira nas galerias da Câmara, porque houve um grande erro da Administração passada. Disse que esteve na semana passada com o Senhor Ademir Vieira, e conversou com a advogada, Doutora Cláudia, da empresa A. Vieira, de Elevadores Thor. Hoje teve uma conversa com o Doutor Paulo Menna Barreto, que lhe garantiu que o Executivo está se comprometendo ao seguinte: depois que a área voltar para a Limaj, o Senhor Vieira irá receber uma área de compensação. Sabe-se que hoje não há condições de doar área, pelos impedimentos da Lei, mas o Senhor Vieira não tinha culpa de um erro da Administração Carlos Nelson Bueno. O atual Prefeito vai compensar o Senhor Vieira com uma área remanescente no parque industrial, área que o próprio Vieira já escolheu. Então, a área seria devolvida à Limaj, por direito, mas o Senhor Ademir Vieira será recompensado com uma nova área, tudo pelo erro administrativo da antiga gestão Carlos Nelson Bueno e que a atual Administração se comprometia a corrigir e compensar. Em seguida, o Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna para explicar que confessava que também necessitava de mais tempo para pensar sobre o assunto e esclarecer alguns pontos. Porém, confirmava o que foi dito pelo orador que o antecedeu e deixou claro que era favorável a todo desenvolvimento da região, mas gostaria de ter



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

certeza sobre a informação e o projeto, porque soube que havia um procedimento em curso e que deveria ser resolvido. se houvesse seriedade no compromisso, também votaria favoravelmente à matéria. A Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti disse que jamais votava sem ter garantias por escrito, mas seria a primeira vez que votaria favoravelmente em confiança apenas em palavras, e esperava não se arrepender, porque preferia que tivesse tudo por escrito e lavrada a sentença da Juíza, porque ambos os projetos estavam no momento das alegações finais, e a Juíza já havia acenado para a resolução do tema, com tal providência. Por fim, disse que esperava não se arrepender de sua decisão em votar favoravelmente à matéria. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros disse que o Paulo Menna Barreto garantiu que havia ordem judicial para a reintegração de posse, mas perguntou ao empresário Jamil, que garantiu não haver tal documento. Então, disse conhecer a luta do empresário Ademir Vieira e iria votar favoravelmente ao projeto, com base na palavra do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, porque estava votando sem a mínima garantia formal, mas conhecia a luta da família Vieira para levar em frente o seu projeto. O Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri foi à tribuna para apresentar o documento da 2ª Vara da Comarca, relativo à ação proposta do Ademir Vieira, onde a Juíza comunicou à Prefeitura se havia uma nova área para doar ao requerente. Então, o problema da Limaj e da A. Vieira estariam resolvidos na noite de hoje, porque, em 10 de abril último, o procurador do Município informou que a única solução viável seria a revogação da lei, para que voltasse ao antigo dono e a doação de nova área para A. Vieira. Assim, foram encontradas alternativas para o equívoco do Prefeito anterior, Carlos Nelson Bueno. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 69, de 2013, do Senhor Prefeito, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). **“ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 3. Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2013, de iniciativa do Vereador Jorge Setoguchi “concedendo o *Título de Cidadão Mogimiriano* ao Senhor CLAIRSON



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

TAGLIARI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2013, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, em Turno Único); (encaminhe-se ao Presidente, para a promulgação do competente Decreto legislativo, com fundamento no art. 194, IV do Regimento Interno). 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 10/13, de iniciativa do Vereador Manoel Eduardo Pereira da C. Palomino “concedendo o *Título de Cidadão Mogimiriano* ao Guarda Civil Municipal JOSÉ DE ALMEIDA SARAIVA”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2013, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, em Turno Único); (encaminhe-se ao Presidente, para a promulgação do competente Decreto legislativo, com fundamento no art. 194, IV do Regimento Interno). 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 11/13, de iniciativa da Vereadora Daniela Dalben Mota “concedendo o *Título de Cidadã Mogimiriana* à Dr<sup>a</sup> MS. Enfermeira SÔNIA APARECIDA DOS SANTOS”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2013, da Vereadora Daniela Dalben Mota, em Turno Único); (encaminhe-se ao Presidente, para a promulgação do competente Decreto legislativo, com fundamento no art. 194, IV do Regimento Interno). **“ex-vi” do disposto no §2º do Artigo 171 do Regimento Interno:** 6. Balancete mensal da receita e despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim referente ao mês de maio de 2013. Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento. (Posto a votos, a Casa aprovou por quinze votos favoráveis e um voto contrário, o Balancete da Câmara relativo a maio de 2013; (arquive-se). **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 7. Projeto de Lei nº 47, de 2013, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares “instituído no calendário oficial do Município de Mogi Mirim, a Semana de Prevenção e Combate à Hepatites Virais” ; (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 47,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de 2013, do Vereador Luís Roberto Tavares, em Segundo Turno); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente). A primeira oradora interessada em falar, Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que justificou o seu voto contrário ao balancete da Câmara porque soube que deveria ser feita adequação nos regimes estatutário e celetista da Câmara, onde os primeiros deveriam fazer o recolhimento para algum fundo de aposentadoria. Ela disse ter se informado sobre o assunto e que estava estudando ainda, mas sabia que a Câmara não possuía tal fundo, tanto é que a aposentadoria do Valter Poletini não havia sido homologada até a presente data, e que não votaria a favor do balancete sem que o problema fosse resolvido, já que consistia em um sério problema. O Vereador Luís Roberto Tavares foi o primeiro orador regularmente inscrito a ocupar a tribuna, e lembrou que hoje haveria uma homenagem ao último soldado constitucionalista vido, Senhor Afonso Sambrana, mas, por ordens médicas, ele não pode comparecer. Então, nova data seria designada, provavelmente, dia 15 de julho. O próximo orador inscrito, Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, foi à tribuna para dizer que recebeu respostas às suas proposituras, e, sobre o ponto de ônibus na rua Campo Grande, o Executivo iria implantá-lo. Ao seu pedido de reparo e manutenção aos aparelhos da academia ao ar livre, como resposta, o Executivo garantiu que já estava em fase de licitação para contratar profissionais para repará-los. O Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni disse que sugeriu uma academia ao ar livre também no Sehac, e que sua sugestão foi atendida, e também providências para a Creche "Maria Aparecida N. Todarelli", posto que havia reclamações sobre acidentes na escada íngreme e sem corrimão, e solicitou rampa de acesso; o pedido foi deferido, já com o projeto de rampa anexo, e já deveria ser executado em breve. Por fim, disse se sentir feliz com tais deferimentos aos seus pedidos, que refletiam os anseios da



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

comunidade mogimiriana. O Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi desistiu de falar. Em seguida, discursou o Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri, o qual externou a sua satisfação na definição dos terrenos, porque o Senhor Ademir Vieira recebeu propostas para se mudar da cidade com sua empresa, mas ele resolveu ficar, e merecia o respeito da Câmara Municipal. Apenas disse que deveria haver cautela na doação da próxima área ao Senhor Vieira, e que não fosse qualquer área, mas sim uma área que realmente satisfizesse o empresário em seus desígnios. Posto isto, encerrou a sua participação na tribuna. O Vereador Daniel Gasparini dos Santos, próximo orador inscrito, saudou os presentes e se referiu às suas proposituras de hoje, uma delas encaminhando projeto de lei ao Prefeito relativo à “Atividade Delegada”, ou seja, função gratificada para os policiais civis e militares que faziam ‘bicos’ para o Município. Em seguida, comentou que esteve em São Paulo, na companhia de Gisele Anselmo, o Bombeiro Igino Bianchi Neto, o Secretário de Segurança Paulo Machado, os Vereadores Benedito José do Couto e Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, para pleitear verba para o Município junto ao Gabinete do Deputado Chico Sardelli, ou seja, uma base-móvel, um caminhão-tanque e verba para a reforma das quadras Municipais da cidade. Esperava que a cidade fosse contemplada com a verba para todos esses bens, portanto. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que parabenizou Ademir Vieira, porque a área para o empresário seria aprovada em breve. Além do mais, solicitou ao Vereador Benedito José do Couto que enviasse convite para que a empresa do Ademir Vieira participasse do certame para a aquisição de um novo elevador para a Câmara Municipal. Disse ter se reunido com o Presidente da Sicovamm, José Antônio Scomparim, o qual fez um pedido para as Guarda Municipal e Polícia Militar para se cumprir a lei do som alto nos carros. Os proprietários de som potente nos carros disputavam quem conseguia disparar mais alares dos carros estacionados na rua José Bonifácio. Isso, na opinião do Vereador João Antonio Pires Gonçalves não tinha o mínimo cabimento, porque o seu carro ficava estacionado a cem metros da calçada e disparava o alarme,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

quando esses carros com som alto passavam pela José Bonifácio. Disse não ter nada contra o tipo de música ou contra os jovens, mas ninguém estava obrigado a ouvir a música alta que outras pessoas gostavam. Fazia 30 anos que trabalhava no mesmo prédio dos Correios e o abuso no som alto estava intenso nos dois últimos anos, por isso, contava com a ajuda da Guarda Municipal e da Polícia Militar para coibir essa aposta de quem conseguia disparar mais alarmes nos carros estacionados. A Vereadora Dayane Amaro Costa foi à tribuna para dizer que também era jovem, mas um pouco conservadora, porque não apreciava o procedimento que os jovens de ora insistiam em fazer: a música excessivamente alta nos automóveis. Para ela, a poluição sonora deveria ser combatida, inclusive com educação nas escolas. No tocante os comerciantes da rua XV de Novembro, disse que as calçadas não ofereciam condições aos pedestres e ainda menos aos cadeirantes, e que o assunto merecia maior atenção por parte do Executivo. Sobre o elevador, disse que fazia parte da Mesa Diretiva da Câmara e esperava definir um bom termo para a troca ou o conserto do elevador da Câmara. Com relação à Campanha e Saúde do Homem, ela e Vereador Laércio Rocha Pires levantaram a questão, devido ao alarmante índice de câncer de próstata e esperava que o assunto tivesse relevo nas discussões da área da Saúde. Prosseguindo, citou a colocação de carteiras inclusivas nas escolas da rede Municipal, adaptadas aos deficientes e também usadas pelas crianças sem deficiência, não diferenciando ninguém e colaborando, sobretudo, com a ergonomia, pelo ajuste correto para qualquer tipo de deficiência. Em seguida usou da tribuna o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, o qual foi à tribuna para agradecer aos que se empenharam na ajuda para o Lar Emanuel onde a Célia Francisco, dos Correios, era a Presidente. A campanha foi bem sucedida e surtiu o efeito esperado e agradeceu aos colaboradores. Com relação à questão levantada pela Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, outros aposentados tiveram a homologação pelo Tribunal de Contas, mas após a demorada análise pelos auditores, e, certamente, a do Valter Poletini também deveria ser homologada e, de acordo com as notícias, tudo estava correto. Com relação à poluição sonora, já havia lei Estadual que a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

tolerância deveria ser zero, assim como a lei seca para o álcool. Para ele, ninguém estava obrigado a tolerar a música de outrem; se todos ouvissem em som baixo, não haveria poluição sonora nem o problema de disparar o alarme dos carros, incomodando idosos e crianças de berço. “Por que eles não pegam seus carros com volumes altos e não estacionam embaixo da janela das próprias casas e nas orelhas das respectivas mães?” – desafiou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, frisando ser a favor de coibir, da melhor forma, os atos narrados pelo Vereador João Antonio Pires Gonçalves, e, sem lei, os Guardas Municipais e a Polícia Militar não conseguiriam agir, porque o barulho estava na cidade inteira, e não apenas na rua José Bonifácio. A sua sugestão é que se adequasse a lei da Capital para Mogi Mirim e o problema poderia ser resolvido, bastando a boa vontade do Executivo e da Câmara. O Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino foi à tribuna para destacar suas proposituras sobre a implantação de unidade do Cras no Jardim Planalto ou Residencial Floresta e também a manutenção e reforma na sede do Conselho Tutelar. Anunciou, ainda, que esteve no Gabinete do Deputado Chico Sardelli, conforme anunciado pelos outros Vereadores, e também no Gabinete do Deputado Feliciano, - e a boa e inédita notícia viria agora – ele conseguiu a liberação de verba de R\$ 30 mil para empregar no sistema de castração e chipagem de identificação dos animais da cidade. Dito isso, encerrou a sua participação. Em seguida, a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros foi à tribuna para citar que ela e o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni fizeram indagação ao Prefeito e a resposta já foi enviada: a Secretaria da Segurança possui cinco Guardas Municipais capacitados a aplicar multas - Amilton, Celso, Edvaldo, Sebastião e Willian – mas não possuem o aparelho de decibelímetro, e estavam usando o aparelho da Secretaria de Gestão Ambiental. Posto isto, assumiu a tribuna o Vereador Professor Cinoê Duzo, que se referiu aos jovens da Frente Libertária Mogimiriana presentes às galerias e pleiteava assuntos sérios e deram exemplo de cidadania e civilidade. Assim, fez questão de registrar os atos do movimento. Em seguida, protestou contra o Vice-Prefeito Gérson Rossi, responsável pelo Derel, a respeito da



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

falta de compromisso e cuidado com os aparelhos da academia ao ar livre. Os aparelhos estavam na garantia e ele, Vereador Professor Cinoê Duzo fez propositura arguindo sobre essa garantia; o Requerimento não obteve resposta e o prazo da garantia já se esgotou. Agora, vai se abrir licitação para contratar empresa para fazer a manutenção dos aparelhos, e não deveria sair nenhum dinheiro para tal finalidade, porque estavam na garantia aqueles aparelhos. Em seguida, fez propositura solicitando que a Feira do Produtor também ocorresse no Distrito de Martim Francisco, porque a organização estava dando certo no Espaço Cidadão e poderia ser repetido naquele Distrito. Em seguida, assumiu a tribuna a Vereadora Daniela Dalben Mota, que saudou os presentes e citou o projeto de lei de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, e disse-lhe que concordava parcialmente com a entrega de remédios em domicílio. Para ela, era importante que o idoso saísse de casa e fosse até a base, para tomar vacina, aferir pressão, entre outros procedimentos. No entanto, as agentes de saúde estavam sobrecarregadas de trabalho e não estavam dando conta; sugeriu, então, um estudo amplo para a entrega do medicamento em domicílio, e colocou-se à disposição para tal estudo. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires, o qual fez novas reclamações quanto a alguns Vereadores, porque ele próprio fez duas audiências públicas para discutir o assunto da poluição sonora, onde muitas autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público estiveram presentes. Então, ele se sentiu ofendido por não ter sido lembrado pelos Vereadores que abordaram o assunto da poluição sonora hoje, na tribuna. Disse estar chateado também porque ele não foi citado nos eventos dos bairros, e ele foi quem trabalhou para conseguir aquelas melhorias. O mesmo ocorreu com Vereador Waldemar Marcurio Filho, que também não foi lembrado nos eventos de Martim Francisco, onde o Subprefeito não o citou, dando relevo apenas para o próprio nome. Assim, o Vereador Laércio Rocha Pires solidarizou-se com o nobre par, Vereador Waldemar Marcurio Filho. Disse ter conseguido uma verba de R\$ 50 mil para a compra de automóvel e máquina para o Lar Santo Antônio, e isso sim, era um trabalho sério e merecia destaque. Prosseguindo, o



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Vereador Laércio Rocha Pires disse que se orgulhava de ser Vereador e atendia bem a população, e esperava que os manifestantes entendessem o que ele, orador, estava falando na tribuna, e não lhe virassem as costas, como fizeram na semana passada. O Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni pediu a palavra como líder, para repassá-la à sua liderada, Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Após a anuência do Presidente e já da tribuna, ela disse ter ficado feliz pela aprovação da Comissão da Merenda e iria agilizar para que a portaria fosse nomeada até quarta-feira e questionou os nobres pares para que se apresentassem, ressaltando que preferia a presença do Vereador, e não de assessores, embora não fosse impedi-los de participar. Esclareceu que, quando uma empresa dava a garantia do produto caso apresentasse defeito, mas não para o desgaste natural do produto. A Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti disse ter trazido a ideia da Academia ao Ar Livre do sul e foi um sucesso, porque a qualquer hora do dia havia pessoas lá fazendo ginástica. Sabia que havia um material melhor para tais aparelhos e ela iria averiguar para que aqui também fossem implantados outros aparelhos de melhor qualidade, como em outros Municípios. O Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna como Líder e disse que se sentia triste por não ter sido citado pelo Subprefeito de Martim Francisco, no discurso dele. Entretanto, ele conseguiu angariar recursos para as obras de Martim Francisco e sentia-se feliz em fazer parcerias com outros Vereadores, em prol daquele Distrito. Como era morador daquela área, conhecia todas as necessidades e a sua tendência sempre seria tentar resolver os problemas daquele lugar, e fazia questão de apoiar o assunto de outros Vereadores, relativos ao Distrito. Relatou o Vereador Waldemar Marcurio Filho que, antes de o Marcos Bento Alves de Godoy assumir aquela Subprefeitura, houve uma séria conversa de que haveria o respeito mútuo entre as partes, mesmo porque aquela nomeação lhe “desceu a seco” e não iria mentir sobre tal fato, mas que iria tirar satisfações com o próprio Subprefeito, olho no olho. Em seguida, agradeceu as palavras de solidariedade do Vereador Laércio Rocha Pires e disse que havia se sentido feliz com a Feira do Brás ocorrida no Distrito



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

de Martim Francisco, que foi visitada por 50 mil pessoas. O evento também contou com a inauguração do Posto de Saúde do local e ressaltou que sempre iria tratar dos assuntos do Distrito de Martim Francisco. A próxima oradora, Vereadora Dayane Amaro Costa, foi à tribuna para parabenizar a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti pela Comissão de Merenda e disse que acompanharia a licitação. Disse que pesquisou o funcionamento da merenda em outros Municípios e soube que aqui em Mogi Mirim os alunos que tinham restrições à lactose também recebiam merenda diferenciada. Sobre a academia ao ar livre, disse que eram necessários os aparelhos adaptados para pessoas com deficiência e iria lutar por isso, porque deficientes também praticavam esportes. Em seguida, disse que iria se solidarizar com o Vereador Waldemar Marcurio Filho, embora não ativesse ido à inauguração de Martim Francisco, mas entendia a sua luta em prol daquele Distrito. O Vereador João Antonio Pires Gonçalves disse ter a informação relativa à academia ao ar livre, sendo que os aparelhos da garantia foram consertados e abriu-se licitação para que fossem consertados os demais aparelhos. Em seguida, solidarizou-se com o Vereador Waldemar Marcurio Filho por não ter sido lembrado na inauguração de Martim Francisco, mas que o povo daquela área jamais iria esquecer o fato de que o Vereador Waldemar Marcurio Filho foi quem conseguiu tal feito, e ele iria colher bons frutos na eleição. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, Líder de partido, pediu que seu tempo fosse repassado ao seu liderado, Vereador Luís Roberto Tavares. Após a anuência do Presidente, o Vereador Luís Roberto Tavares foi à tribuna para dizer algo sobre a academia ao ar livre, porque ele conseguiu angariar verbas junto ao gabinete do Deputado Cauê Macris, que seria empregada na citada academia, no Nias – Núcleo de Integração de Ação Social, e em área defronte à escola Alfredo Bérnago”, o Caic. Até agora não conhecia os projetos e fez ofício para que fossem enviados os projetos para tal finalidade. Em seguida, disse que estava aborrecido porque o seu partido não lhe perguntou se gostaria de fazer parte da Comissão montada pela Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que seria a Presidenta. Assim, disse estar chateado com os colegas do PSDB. Em seguida comunicou a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

sua vontade de realizar audiência pública sobre as linhas férreas sentido zonas norte-sul, e pessoas estavam se acidentando. Como autoridade, disse que já fez algo nesse sentido em 2006, mas iria repetir o feito e convidaria a empresa ferroviária para discutir o assunto. Para tal, buscou o apoio de todos os Vereadores. O Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, como líder, solicitou a palavra para repassá-la ao Vereador Laércio Rocha Pires, o qual, após a anuência do Presidente, disse que o projeto “Cidade Legal” era um programa Estadual e do Prefeito Carlos Nelson Bueno e não adiantava nenhum Vereador usar da tribuna para tentar ser “pai da criança”. Disse ser membro da Comissão de regularização de loteamentos, mas não dizia a ninguém que era ele quem regularizava os feitos ou era autor da matéria. Por fim, alertou que o próprio Presidente Vereador Benedito José do Couto estava sendo passado para trás, por atos dos Vereadores, que queriam aparecer como autores, mas não eram, de forma alguma, e eram desonestos por tirarem o mérito dos verdadeiros autores. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Presidente determinou fosse guardado dum respeitoso minuto de silêncio pelo passamento dos Senhores GERALDO SILVA e VITALINO TAGLIAFERRO. Cumprida dita providência e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente sessão às 22h25 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A